



**AO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE GASPAR/SC**

Eu, abaixo assinado, venho à presença de Vossa Senhoria requerer a AVERBAÇÃO / REGISTRO abaixo indicados na forma da Lei de Registros Públicos, para o que apresento os documentos que seguem anexos:

Nome: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

declarando não viver em união estável

declarando viver em união estável

Nome do cônjuge: \_\_\_\_\_ Data de Casamento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Complementação de qualificação  | <input type="checkbox"/> Retificação dos dados pessoais / do imóvel |
| <input type="checkbox"/> Alteração da denominação de via pública   | <input type="checkbox"/> Construção / Ampliação                     |
| <input type="checkbox"/> Demolição   | <input type="checkbox"/> Desmembramento / desdobro                  |
| <input type="checkbox"/> Loteamento (Lei Federal nº 6.766/76)  | <input type="checkbox"/> Incorporação de patrimônio                 |
| <input type="checkbox"/> Incorporação imobiliária (Lei Federal nº 4.591/64)  | <input type="checkbox"/> Unificação de imóveis                      |
| <input type="checkbox"/> Protocolo de reserva legal / Reserva legal  | <input type="checkbox"/> Baixa de ônus/direitos reais               |
| <input type="checkbox"/> Baixa de feito ajuizado   | <input type="checkbox"/> Alteração de estado civil                  |
| <input type="checkbox"/> Cadastral   | <input type="checkbox"/> Pacto antenupcial                          |
| <input type="checkbox"/> Baixa de cláusula / condição resolutiva   | <input type="checkbox"/> Convenção de condomínio                    |
| <input type="checkbox"/> Instituição de condomínio   | <input type="checkbox"/> Cancelamento de usufruto                   |
| <input type="checkbox"/> Alteração de denominação social   | <input type="checkbox"/> Escritura pública                          |
| <input type="checkbox"/> Contrato particular firmado no âmbito do SFH  | <input type="checkbox"/> Formal de partilha                         |
| <input type="checkbox"/> Inventário  | <input type="checkbox"/> Óbito                                      |
| <input type="checkbox"/> Maioridade  | <input type="checkbox"/> Unificação                                 |
| <input type="checkbox"/> Instituição de ônus / direitos reais de garantia  | <input type="checkbox"/> Notificação dos devedores fiduciantes      |
| <input type="checkbox"/> Alteração do número do CCIR/INCRA   | <input type="checkbox"/> Averbação premonitória                     |
| <input type="checkbox"/> Registro parcial do título somente quanto à matrícula _____ / transcrição _____.  |   |
| <input type="checkbox"/> Demais averbações / retificações necessárias à prática dos atos acima requeridos.   |   |
| <input type="checkbox"/> registro do título prenotado sob o nº _____ do Livro 1 de Protocolo independentemente de sua re-ratificação, com fundamento, é certo, nas disposições do artigo 213, § 13 da Lei Federal nº 6.015/73. |   |

Os atos acima indicados deverão ser praticados junto à(s) matrícula(s) \_\_\_\_\_ / transcrição(ões) nº(s) \_\_\_\_\_.

Para a prática dos atos acima indicados, declaro, ainda:

que o valor real e / ou de mercado do imóvel retrocitado é o de R\$ \_\_\_\_\_.

que dispense a apresentação das certidões de feitos ajuizados de qualquer natureza em nome de \_\_\_\_\_, assumindo a integral responsabilidade pelos efeitos decorrentes da presente dispensa.

que a acessão (edificação) localizada sobre o imóvel objeto da matrícula nº \_\_\_\_\_ não se encontra, ainda, regularizada junto à Prefeitura Municipal, não tendo sido emitido, até a presente data, o habite-se respectivo. Declaro-me ciente, ainda, da necessidade de regularização da obra retrocitada, constituindo-se esta regularização, inclusive, condição para a prática de qualquer ato registral posterior ao vinculado à presente prenotação de nº \_\_\_\_\_.

sob as penas da lei, que o imóvel objeto da matrícula(s) / transcrição(ões) nº \_\_\_\_\_ encontra-se cadastrado perante a Secretaria da Receita Federal com o Código NIRF nº \_\_\_\_\_, e inscrito no CCIR sob o nº \_\_\_\_\_.

( ) sob as penas da lei que o endereço atual de \_\_\_\_\_ é \_\_\_\_\_, bem como declaro que sua profissão atual é \_\_\_\_\_.

( ) sob as penas da lei que não possuo débitos referentes ao ITR – Imposto Territorial Rural – do imóvel objeto da matrícula / transcrição nº \_\_\_\_\_ da Serventia Registral Imobiliária de Gaspar/SC. Por essa razão, requero a este Oficial que proceda ao assento do título prenotado sob o nº \_\_\_\_\_ do Livro 1 de Protocolo independentemente da apresentação da Certidão Negativa de Débitos do ITR relativos aos últimos 5 anos do imóvel cadastrado sob o NIRF nº \_\_\_\_\_, e cadastrado junto ao INCRA sob o nº \_\_\_\_\_. O presente requerimento tem por fundamento o artigo nº 56 da IN nº 256 de 11 de dezembro de 2002 da Secretaria da Receita Federal.

( ) que estou ciente da obrigatoriedade de averbar a Reserva Florestal Legal do imóvel objeto da matrícula nº \_\_\_\_\_, tudo consoante com as disposições da Lei Federal nº 12.651 – Código Florestal Brasileiro. (Prazo máximo de 180 dias a contar da data do Protocolo Preliminar da Reserva Legal, emitido pela FATMA, ou quando da prática de ato que implique na obrigatoriedade da prévia averbação da referida Reserva Florestal Legal).

( ) sob as penas da lei que, nos termos do artigo nº 383, parágrafo 10º da IN RFB nº 971/2009, atendo às condições previstas no inciso I do artigo 370, quais sejam: I – o proprietário do imóvel ou dono da obra é pessoa física, não possui outro imóvel e a construção é: a) residencial e unifamiliar; b) com área total não superior a 70,00m<sup>2</sup>; c) destinada a uso próprio; d) do tipo econômico ou popular; e) executada sem mão-de-obra remunerada.

( ) sob as penas da lei, que não possuo outro imóvel residencial no Território Nacional, razão pela qual requero seja aplicada a redução das taxas (Emolumentos / FRJ) devidas para a prática do ato acima indicado, tudo consoante com as disposições do artigo nº 290 da Lei Federal nº 6015/73.

( ) sob as penas da lei, que: a) não estou incurso nas restrições da legislação pertinente ao Instituto Nacional do Seguro Social – Previdência Social; b) sendo produtor rural, não comercializo produção rural no exterior, nem diretamente no varejo ou ao consumidor; c) não exploro atividade agropecuária, pesqueira ou extração de minerais em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos ou com auxílio de empregados; d) não sou empregador individual.

( ) que requero a juntada das certidões positivas de feitos ajuizados emitidas em nome de:

\_\_\_\_\_.

( ) sob as penas da lei, que, nos termos do artigo nº 902 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, dispense a apresentação da certidão de tributos municipais.

( ) sob as penas da lei que possuo meios suficientes para minha subsistência.

( ) desisti do pleito de registro e / ou averbação vinculado à prenotação de nº \_\_\_\_\_, bem como recebi do Oficial de Registro de Imóveis desta Comarca de GASPAR/SC a restituição do valor previamente depositado a título de emolumentos, no importe de R\$ \_\_\_\_\_.

GASPAR/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

#### OBSERVAÇÕES

1 – Este requerimento deverá conter firma reconhecida, ou, alternativamente, deverá ser firmado perante colaborador desta Serventia Registral Imobiliária, fornecendo, para tanto, cópia do RG do requerente.

2 - Requerente pessoa jurídica: anexar cópia autenticada do contrato / estatuto social consolidado, bem como certidão simplificada emitida pela Junta Comercial respectiva a menos de 30 dias.

3 - Requerente representado por procurador: anexar cópia autenticada do instrumento de procuração.